

14. PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DA VOLTA GRANDE DO XINGU

Com o enchimento dos reservatórios autorizado pela emissão da Licença de Operação (LO) nº 1317/205, a proposta do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (PGIVGX) é apresentar, anualmente, a integração, por meio da aplicação do Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISSA), dos componentes, indicadores e variáveis selecionados para caracterização do Trecho de Vazão Reduzida (TVR), antes e após o empreendimento operar a plena carga.

Assim, o PGIVGX, apresentado em atendimento à condicionante 2.22 da Licença de Instalação (LI) nº 795/2011, representa uma proposta de integração efetiva e quantificada dos resultados dos monitoramentos realizados na Volta Grande do Xingu, no âmbito do PBA da UHE Belo Monte, tanto socioeconômicos quanto ambientais, por meio do cálculo do ISSA. A adoção do índice para o gerenciamento justifica-se por ser uma ferramenta de análise direta, numérica e rápida.

Este método poderá fornecer descrições métricas resumidas e referenciais dos habitats aquáticos, da fauna aquática, da pesca e da população local, o que tornará possível, em curto prazo, a escolha de ações de gerenciamento mais adequadas à nova realidade do TVR e que possibilitem o acompanhamento de eventuais mudanças. A utilização desse método atende à necessidade de uma abordagem multidisciplinar prevista no Plano Básico Ambiental (PBA) e que permitirá, também, a comparação de variáveis ambientais e socioeconômicas de interesse do TVR, em atendimento à condicionante 2.16 da LO.

Considerando-se, entretanto, que o enchimento do reservatório teve início em 24/11/15, e que esse índice, que integra a proposta do PGIVGX, ainda é objeto de avaliação técnica pela equipe do Ibama, é mister que se chegue, com a brevidade possível, a sua conclusão, de modo a viabilizar sua aplicação.

Dessa forma, o presente relatório apresenta os resultados dos Programas/Projetos componentes do PGIVG ainda sem uma abordagem integrada, bem como os resultados parciais das atividades de apoio à navegação, desenvolvidas no âmbito do Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte (PERBM).

O Projeto de Monitoramento da Atividade Garimpeira (14.1.1) realizou em dezembro de 2015 nova campanha de monitoramento onde, mais uma vez, não se constatou indícios de atividades garimpeiras desenvolvidas na calha do rio Xingu. A atividade relativa ao Acompanhamento da Evolução dos Processos Minerários na Região da Volta Grande do Xingu permitiu concluir que, do total de 24 (vinte e quatro) eventos ocorridos, 21 (vinte e um) dizem respeito a processos da empresa Belo Sun Mineração Ltda., sendo quatro publicações de alvarás de pesquisa, além de 17 (dezesete) atos de rotina administrativa do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Os demais eventos registrados estão relacionados à publicação dos alvarás de pesquisa

de Filadelfo dos Reis Dias. As atividades do Projeto continuarão a ser desenvolvidas de acordo com cronograma estabelecido no PBA.

O Projeto de Monitoramento do Dispositivo de Transposição de Embarcações (14.2.1), por sua vez, apresenta os resultados consolidados do número de transposições e usuários do sistema. Com o avanço das obras da UHE Belo Monte e a obrigatoriedade de uso do sistema de transposição, houve um consequente aumento no número de transposições realizadas e de pessoas atendidas. Todavia, não foi identificado aumento no tempo médio de transposição, indicativo que a qualidade do serviço ofertado não sofreu alterações em função do aumento da demanda.

Apresenta-se também os resultados de nova pesquisa de satisfação realizada junto aos usuários do Sistema de Transposição de Embarcações (STE), bem como os resultados da 8ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações. O STE seguirá sendo operado de forma ininterrupta e as avaliações cabíveis continuarão sendo realizadas.

As atividades do Projeto de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Escoamento da Produção (14.2.2) cumprem, até o momento, suas principais metas e prazos previstos no PBA da UHE Belo Monte. Como resumo dos 15 (quinze) monitoramentos já realizados, podem ser destacadas as principais constatações:

- A navegação praticada no rio Xingu e na Volta Grande se mantém de maneira semelhante àquela observada quando do início do monitoramento, sem interferências significativas da implantação da UHE Belo Monte que impliquem prejuízos às formas de transporte fluvial praticadas e sem haver, até o momento, alteração nas vazões naturais do rio;
- Constata-se que o principal fator que afetou a navegação entre Altamira e a Volta Grande ao longo do monitoramento, com a diminuição de viagens de linha e do transporte de cargas para a região do povoado da Ressaca, foi o fechamento dos garimpos, uma das principais atividades na geração de renda e trabalho para os moradores da Volta Grande, cabendo ressaltar que tal fechamento não está relacionado à implantação da UHE Belo Monte, mas sim ao advento da futura implementação, na região, de empreendimento de mineração;
- A demanda por serviços de navegação provocada pela implantação da UHE Belo Monte influenciou positivamente na ampliação da frota de embarcações em Altamira, em especial das voadeiras e balsas, e na prestação de serviço por meio de empresas formalizadas, com a tendência, no início de 2014, em se estabilizar no que se refere à ampliação da frota e da demanda pelos serviços de navegação; e
- A implantação do STE atendeu ao objetivo de garantir a navegação na região do barramento, tendo seu funcionamento completado 34 (trinta e quatro) meses de forma ininterrupta. Desde 06 julho de 2015, o uso de sistema é

obrigatório para as embarcações que transitam entre Altamira e a Volta Grande do Xingu.

O Projeto de Monitoramento das Condições de Vida (14.2.3) foi referenciado nas sete pesquisas amostrais aplicadas nas populações residentes nas vilas e nos imóveis rurais ao longo da Volta Grande. Os dados levantados nessas campanhas permitiram verificar a evolução dos indicadores de diversos aspectos da dinâmica econômica e social na região do rio Xingu em questão, sendo possível indicar três realidades distintas: os povoados de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, na confluência do rio Xingu e da BR 230; os povoados da Ressaca e Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo, mais próximos da Barragem Principal (cerca de 15 km); e a população distribuída pelos imóveis rurais ribeirinhos deste trecho do rio Xingu e de alguns tributários, que vive da agropecuária e da pesca.

É fato que não são realidades estanques, podendo, em determinada medida, haver pessoas que vivenciam concomitantemente mais de uma das situações citadas. No entanto, a maior parte das pessoas da região se relaciona com o empreendimento a partir de uma das três perspectivas listadas acima.

Os levantamentos abarcam temas como condições e modos de vida, condições de moradia nos imóveis rurais e urbanos, atividades econômicas, condições de circulação, transporte, serviços disponíveis, padrões de uso do rio Xingu e demais afluentes e expectativas da população.

As principais alterações observadas, em grande medida, podem ser vinculadas ao empreendimento da UHE Belo Monte, com a construção ou melhoria dos equipamentos de educação e saúde e a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas vilas. Outra mudança verificada, do início do monitoramento até o momento, é um maior acesso à energia elétrica, com a implantação na região do Programa Luz para Todos. No entanto, nota-se uma maior dificuldade de a rede ser disponível para a parte da população ribeirinha, principalmente pela precariedade dos acessos terrestres de alguns locais.

Com relação ao Projeto de Recomposição da Infraestrutura Fluvial (14.2.4), informa-se que durante o período de novembro a dezembro de 2015 (primeiro mês da fase de enchimento dos reservatórios) foi executado o “Plano de Ação para Atendimento às Demandas de Navegabilidade durante o Enchimento do Reservatório do Xingu”. É importante se destacar que o Projeto 14.2.4 baseia todas as suas atividades para caracterização e avaliação da componente navegabilidade estabelecida no Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande (PGIVG).

O referido Plano de Ação, executado no âmbito do Projeto 14.2.4, objetivou a implantação de procedimentos de verificação provisória das condições de navegação e da adoção de medidas de garantia da mobilidade das embarcações no TVR do rio Xingu. Especificamente, estabeleceu a avaliação das condições de navegação das rotas principais e atuou preventivamente nos cinco pontos de alerta definidos na modelagem matemática (Kaituká, Três Pancadas, Landir e Curupira – rio Xingu e

Percata – rio Bacajá), além de indicar procedimentos de orientação e sinalização, no caso de riscos à navegação.

Além dessa atividade específica, no contexto do Projeto 14.2.4 foram desenvolvidas, durante o ano de 2015, atividades relacionadas à implantação e ao acompanhamento da sinalização de segurança e alerta tanto no trecho do rio Xingu que abrangeu tanto o trecho de formação do Reservatório do Xingu (Barramento Pimental até cidade de Altamira), quanto no trecho de jusante ao Barramento Pimental, região no entorno do STE.

Importante destacar que a caracterização da componente “navegabilidade” no contexto do Projeto 14.2.4, criando as condições necessárias para manutenção a navegação do rio Xingu, foi e é fundamental para a garantia do bom desenvolvimento e andamento dos outros projetos (14.2.1, 14.2.2 e 14.2.3) que compõem o Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande (PGIVG).

As informações apresentadas nos Programa/Projetos que compõem o PGIVG atendem às disposições e solicitações apresentadas por meio do Parecer 02001.003622/2015-08 e nas condicionantes da LO 1317/2015.

Enquanto o PGIVG ainda é objeto de análise para aprovação, será encaminhado, em fevereiro (2016), o cálculo do ISSA para o período pré-enchimento (2012-2015). O ISSA possui variáveis que abrangem a área do TVR como um todo, indicando suficiência da informação selecionada para o seu cálculo, com fins de se retratar e mensurar a sustentabilidade socioambiental, incluindo as populações urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas de todo o TVR.

Espera-se que os possíveis efeitos do impacto da “alteração da dinâmica de escoamento fluvial do TVR” nos habitats aquáticos, nas comunidades aquáticas, nos padrões de pesca, na condição de vida da população e na navegabilidade sejam mensurados por meio da alteração temporal das variáveis abrangentes e indiquem as escalas dos impactos, se ocorrerem.

Observa-se que o cálculo do ISSA não substitui nenhuma atividade de monitoramento específica e se constitui numa ferramenta adicional para fornecer resultados integrados e consolidados, com uma análise global da sustentabilidade socioambiental do TVR. Tal análise poderá auxiliar no entendimento de resultados específicos e localizados dos demais monitoramentos, sendo relevante e necessário como informação contextualizadora àquelas obtidas na fase de testes do Hidrograma Ecológico de Consenso.